

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 5.562, DE 2016

Obriga as empresas prestadoras do serviço de telefonia a cadastrarem pessoa indicada pelas pessoas com deficiência auditiva ou visual para fins de representação ou teleatendimento.

Autor: Deputado Professor Sérgio de Oliveira

Relatora: Deputada Luizianne Lins

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.562, de 2016, de autoria do ilustre Deputado Professor Sérgio de Oliveira, obriga as operadoras de telefonia a cadastrarem pessoa indicada por pessoas com deficiência auditiva ou visual para fins de representação junto à empresa, inclusive mediante teleatendimento. Determina ainda que a prestadora promova a capacitação de seus funcionários para orientar os clientes deficientes sobre o direito de que trata o projeto.

Em sua justificção, o autor argumenta que, no contato do assinante com a operadora para tratar de assuntos relacionados ao serviço, há casos em que o protocolo de atendimento da empresa exige a intervençõ exclusiva do titular da linha. Para as pessoas com deficiência auditiva, essa exigência pode até mesmo inviabilizar a soluçõ da demanda, causando prejuízos ao consumidor. Por esse motivo, propõe que os usuários com deficiência acima citadas disponham do direito de indicar representante com poderes para solucionar pendências de seu interesse perante a prestadora.

Em conformidade com o despacho expedido pela Mesa da Câmara dos Deputados, após a apreciação deste colegiado, o projeto em tela deverá ser analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia,

Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno). No prazo regimental, não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Segundo informações divulgadas pela Secretaria Nacional do Consumidor, vinculada ao Ministério da Justiça, o setor de telecomunicações representa o ramo de atividade econômica mais reclamado junto aos órgãos de defesa do consumidor. Cobranças indevidas, alteração unilateral de contratos, queda frequente nas ligações, ativação de serviços não solicitados pelos usuários e falhas na cobertura das redes de telefonia celular são apenas algumas das inúmeras queixas registradas diariamente pelos consumidores dos serviços de telefonia.

O meio mais utilizado pelos usuários para canalizar a demanda pela solução de todos esses problemas é a central de atendimento remoto mantida pelas operadoras. No entanto, a ineficiência do funcionamento dessas centrais também é fartamente atestada pelos relatórios publicados periodicamente pelos órgãos de defesa do consumidor, que apontam sérias e recorrentes falhas no atendimento aos assinantes.

Os efeitos da falta de qualidade dos serviços prestados pelas centrais de relacionamento são especialmente prejudiciais para os deficientes auditivos e da fala. Embora o Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações¹ da Anatel obrigue as operadoras de telefonia a disponibilizar para as pessoas com deficiência auditiva o acesso às chamadas Centrais de Intermediação de Comunicação, na prática, os recursos oferecidos pelas empresas nem sempre são compatíveis com as reais necessidades do seu público alvo.

¹ Aprovado pela Resolução da Anatel nº 667 de 30 de maio de 2016.

Para agravar ainda mais essa situação, há casos em que o protocolo de atendimento da prestadora exige a intervenção do titular da linha, impedindo, assim, que o usuário na condição de deficiente possa recorrer ao apoio de terceiros para resolver suas demandas. O resultado, em regra, é uma comunicação inadequada e incapaz de proporcionar a efetiva solução dos seus problemas.

Diante do exposto, consideramos plenamente meritória a proposta de atribuir às pessoas com deficiência auditiva ou visual o direito de indicar uma pessoa com poderes para representá-las na solução de pendências junto à operadora, inclusive mediante teleatendimento. A medida, ao mesmo tempo em que não acarretará ônus adicional para as empresas, também contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços prestados às pessoas com deficiência, na mais perfeita consonância com o princípio constitucional que atribui ao Estado a responsabilidade pela criação de mecanismos que visem ao atendimento, proteção e integração das pessoas.

Sendo assim, o VOTO é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.562, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada LUIZIANNE LINS
Relatora